

**LARUS GESTORA DE RECURSOS LTDA.**

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

**Junho / 2021**

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade refere-se à utilização dos serviços a serem prestados por LARUS GESTORA DE RECURSOS LTDA., devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.899.548/0001-37 (“Larus”), e tem como objetivo fornecer uma visão transparente das práticas relacionadas à coleta, ao uso, ao armazenamento e ao tratamento dos Dados Pessoais divulgados pelo Titular (vide tabela 1.1).

A Larus coleta (ou pode coletar) e utiliza alguns Dados Pessoais que pertencem àqueles que celebram contratos, de qualquer natureza, com a Larus, que utilizam o site e os sistemas operados, contratados ou de propriedade da Larus (“Banco de Dados Larus”). Ao fazê-lo, a Larus, na qualidade de Controladora desses dados, sujeita-se às disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

A Larus cuida da proteção dos Dados Pessoais e, por isso, disponibiliza esta Política de Privacidade, que contém informações importantes sobre: (i) quais são e como são utilizados os dados coletados, (ii) compartilhamento de dados com terceiros, (iii) armazenagem e tratamento de dados, (iv) direitos do Titular em relação aos seus Dados Pessoais; (v) medidas de segurança no tratamento de dados, e (vi) dados de contato com a Larus.

### 1. Quais dados são coletados

1.1. O Banco de Dados Larus coleta (ou pode coletar) os seguintes tipos de dados dos Titulares:

<b>Dados Pessoais</b>	Quaisquer dados que permitam a identificação pessoal do Titular. Os Dados Pessoais incluem, entre outros, o nome completo, nacionalidade, filiação, estado civil, profissão, endereço, e-mail, números de telefone, RG/RNE e CPF, dados bancários e financeiros incluindo, mas não se limitando, a posição patrimonial, origem dos recursos e histórico de movimentações nos fundos geridos pela Larus.
<b>Dados de Acesso</b>	<b>Informações coletadas de Titulares:</b> inclui, entre outros, o navegador de acesso do Titular; endereço do protocolo de Internet (IP); data e hora do acesso; as eventuais ações do Titular nos sistemas da Larus. ; o preenchimento de fichas cadastrais e envio de dados e documentos

	<p>peçoais com a intenção de investir nos fundos geridos pela Larus; e os contratos celebrados com fornecedores e prestadores de serviço.</p> <p><b>Comunicação entre Titular e a Larus:</b> inclui quaisquer comunicações havidas entre a Larus e o Titular por e-mail e/ou telefone, bem como qualquer rede social, incluindo, mas não se limitando a WhatsApp e correspondência física e virtual.</p>
<b>Titular</b>	Toda pessoa natural a quem se referem os dados peçoais que são objeto de tratamento.

1.2. A Larus não coleta e não utiliza Dados Peçoais considerados sensíveis conforme a LGPD. Eventualmente, se forem necessários, Dados Peçoais considerados sensíveis somente serão disponibilizados pelo Titular mediante seu consentimento específico e destacado.

## 2. Como são utilizados os dados coletados

2.1. A Larus utiliza os dados coletados para as seguintes finalidades:

<b>Utilização de Dados Peçoais e Dados e Acesso</b>	Quaisquer Dados Peçoais e Dados de Acesso poderão ser utilizados pela Larus exclusivamente para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, nos termos de sua contratação.
<b>Processamento de Dados</b>	A Larus poderá processar os Dados Peçoais e dos Dados de Acesso de forma a identificar os Titulares unicamente com o intuito de garantir o pleno atendimento da regulação e das exigências de terceiros contratados para desenvolvimento de sua atividade principal, especialmente distribuidores e administradores (“ <b>Dados Específicos</b> ”). A Larus também poderá processar os referidos Dados de forma automatizada e codificada, a fim de organizar e estruturar esses dados, para gerar informações e estatísticas gerais não individualizadas para uso próprio e melhor desenvolvimento de suas atividades (“ <b>Dados Gerais</b> ”).
<b>Ligações telefônicas e envio de e-mail e notificações</b>	A Larus poderá contatar os Titulares e/ou enviar-lhes e-mails ou notificações com alertas e comunicados relacionados aos serviços contratados.

### 3. Compartilhamento de dados com terceiros

3.1. Os dados coletados do Titular poderão ser compartilhados com terceiros, nas seguintes hipóteses:

<b>Ordem judicial ou requisição de autoridade competente</b>	A Larus poderá compartilhar os dados coletados do Titular quando solicitados (i) por meio de ordem judicial, ou (ii) por requisição de autoridade governamental competente nos termos da legislação.
<b>Novas Funcionalidades</b>	Quando e se houver a necessidade de compartilhamento dos Dados Pessoais do Titular com terceiros, com a finalidade de oferecer uma nova funcionalidade ou serviço ao Titular, ele será notificado para que autorize ou não o compartilhamento. Caso o Titular opte por não autorizar o compartilhamento, seus Dados Pessoais não serão transmitidos ao terceiro.
<b>Realização de aplicações financeiras e prestação de serviços</b>	Para a realização de aplicações financeiras e demais serviços, poderá haver o compartilhamento dos Dados Pessoais do Titular entre o Distribuidor das quotas, a Larus e o Administrador dos Fundos de Investimento. A Larus irá destruir os dados recebidos após a abertura dos cadastros dos investidores, mantendo apenas as informações necessárias conforme exigido pela legislação.
<b>Novas parcerias</b>	Com o objetivo de estabelecer novas parcerias, a Larus poderá compartilhar os Dados Gerais com potenciais parceiros, que não terão acesso aos Dados Pessoais dos Titulares.
<b>Análise de Mercado</b>	Os Dados Gerais poderão ser utilizados pela Larus para construção de uma análise de mercado, que poderá ser compartilhada com terceiros, sem a identificação dos Titulares.

**3.2. Em nenhum caso, os Dados Pessoais dos Titulares serão objeto de cessão a terceiros pela Larus.**

3.3. Em qualquer caso, o compartilhamento de Dados Pessoais observará todas as leis e regras aplicáveis, buscando sempre garantir a segurança dos dados de Titulares, observados os padrões técnicos empregados no mercado.

### 4. Armazenagem e tratamento de dados

4.1. Os Dados Pessoais coletados pela Larus são armazenados e utilizados por período que corresponda ao necessário para atingir as finalidades elencadas neste documento e que considere os direitos de seus Titulares, os direitos do Controlador do Banco de Dados Larus e as disposições legais ou regulatórias aplicáveis.

4.2. Uma vez expirados os períodos de armazenamento dos Dados Pessoais, eles serão removidos da base de dados ou anonimizados, salvo nos casos em que houver a possibilidade ou a necessidade de armazenamento em virtude de disposição legal ou regulatória.

4.2.1. Em se tratando de fundos offshore, a Larus poderá manter os alguns dados do Titular armazenados por um período de 7 (sete) anos, para atendimento do disposto na SECTION 103, (2), (A), (i) do Sarbanes Oxley Act of 2002.

## 5. Direitos do Titular

5.1. O Titular possui os seguintes direitos, conferidos pela LGPD:

<b>Direitos do Titular</b>	Confirmação da existência de tratamento; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei; portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nos casos previstos em lei; informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; revogação do consentimento.  É importante destacar que, nos termos da LGPD, não existe um direito de eliminação de dados tratados com fundamento em bases legais
----------------------------	---

	distintas do consentimento, a menos que os dados sejam desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o previsto na lei.
<b>Como o titular pode exercer seus direitos</b>	Para garantir que o Titular que pretende exercer seus direitos é, de fato, o titular dos dados pessoais objeto da requisição, a Larus poderá solicitar documentos ou outras informações que possam auxiliar em sua correta identificação, a fim de resguardar direitos próprios e de terceiros. Isto somente será feito, porém, se for absolutamente necessário, e o requerente receberá todas as informações relacionadas.

## 6. Medidas de segurança no tratamento de dados pessoais

6.1. A Larus emprega medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os Dados Pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, extravio ou alteração desses dados.

6.2. As medidas que utiliza leva em consideração a natureza dos dados, o contexto e a finalidade do tratamento, os riscos que uma eventual violação geraria para os direitos e liberdades do Titular, e os padrões atualmente empregados no mercado. Entre as medidas de segurança adotadas, destacam-se as seguintes: (i) Os dados de Titulares são armazenados em ambiente seguro; (ii) limita-se o acesso aos dados de Titulares, de modo que terceiros não autorizados não possam acessá-los; (iii) a Larus mantém registros de todos aqueles que têm, de alguma forma, contato com os dados.

6.3. Ainda que adote tudo o que está ao seu alcance para evitar incidentes de segurança, é possível que ocorra algum problema motivado exclusivamente por um terceiro - como em caso de ataques de *hackers* ou *crackers* ou, ainda, em caso de culpa exclusiva do Titular, que ocorre, por exemplo, quando ele mesmo transfere seus dados a terceiro. Assim, embora a Larus, em geral, seja responsável pelos Dados Pessoais que trata, ela se exime de responsabilidade caso ocorra uma situação excepcional como essas, sobre as quais não tenha nenhum tipo de controle.

6.4. De qualquer forma, caso ocorra qualquer tipo de incidente de segurança que possa gerar risco ou dano relevante para qualquer dos Titulares, a Larus comunicará os

afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados acerca do ocorrido, em conformidade com o disposto na LGPD.

## 7. Reclamação a Autoridade Nacional de Proteção de Dados

7.1. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, os Titulares de Dados Pessoais que se sentirem, de qualquer forma, lesados, podem apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

## 8. Como entrar em contato com a Larus

8.1 Para esclarecer quaisquer dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou sobre os Dados Pessoais que são tratados pela Larus, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, por algum dos canais mencionados abaixo: salmeida@larus.com.br ou por correspondência para o seguinte endereço: R. Helena, 140 - Conjunto 94, Vila Olímpia - São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados do Diretor Sr. Sidnei.

A Larus se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, a presente Política, especialmente para adaptá-la às eventuais alterações feitas no Banco de Dados Larus.

Sempre que houver uma modificação, os Titulares serão notificados acerca da mudança.

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: **29 de junho de 2021**.

**ANEXO A****POLÍTICA DE RESPOSTA À INCIDENTES**

O Objetivo desta Política de Resposta à Incidentes (“Política de Resposta”) é estabelecer os procedimentos de resposta adotados pelo Diretor de Compliance no evento de um “Incidente de Segurança de Informação”, conforme definido abaixo.

Um Incidente de Segurança de Informação é definido com uma tentativa, seja bem-sucedida ou não, de acesso ou bloqueio de informações da Gestora.

**I. Papéis e Responsabilidade**

O Diretor de Compliance é o responsável pela implementação e monitoramento das respostas à incidentes ocorridos no ambiente de tecnologia pela Gestora.

O Diretor de Compliance tem como responsabilidade:

- A implementação, e atualização sempre que necessário, desta política, envidando esforços para que esta satisfaça as necessidades da Gestora e esteja em conformidade com a regulamentação vigente.
- Receber relatórios sobre Incidentes de Segurança da Informação e tomar medidas para que tais incidentes reportados sejam prontamente endereçados e solucionados.
- Determinar a alocação de recursos apropriados para a proteção das informações da Gestora, levando em consideração análise baseada em risco e as prioridades organizacionais da Gestora.
- Supervisionar periodicamente a conformidade desta política, com o objetivo de aprimorar o processo de resposta à um incidente.
- Desenvolver, implementar e manter procedimentos e mecanismos automatizados para o acompanhamento e registro de Incidentes de Segurança da Informação.

Todos os Colaboradores estão instruídos a reportar qualquer Incidente de Segurança de Informação, seja ele um Incidente concreto ou suspeito, diretamente ao Diretor de Compliance imediatamente após a sua descoberta ou suspeita de ocorrência. Incidentes de Segurança de Informação serão registrados e arquivados na sede da Gestora.

**II. Requisitos da Política**

A Larus desenvolveu um Plano de Resposta à Incidentes (“PRI”) que endereça vários estágios relacionados à um Incidente de Segurança da Informação, sendo eles:

**(i) Preparação:**

Medidas para monitorar certos usos de informações e sistemas.

**(ii) Detecção:**

Detecção de acessos não autorizados ou outras brechas em potencial.



(iii) Análise:

Proceder com análise de forma a determinar o tipo de incidente que ocorreu, a informação acessada (caso tenha ocorrido) e a extensão da perda relatada.

(iv) Contenção:

Definir papéis e responsabilidades aos colaboradores, conforme o caso.

(v) Erradicação:

Determinar se e quais sistemas devem ser desconectados ou desabilitados.

(vi) Recuperação:

Recuperar e/ou restaurar serviços que tenham sido impactados.

(vii) Acompanhamento pós-incidente:

Notificar todas as partes envolvidas e fornecer suporte para a mitigação dos danos ocorridos pelo incidente em questão.

Política de Privacidade.

**VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO**

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsável
Junho de 2021	1ª	Diretor de Investimentos e Diretor de Compliance, Risco, PLDFT e LGPD